

Título: Mario de Andrade e Macunaíma: um questionamento ao desenvolvimentismo da perspectiva indígena

Maria Mello de Malta¹

[Macunaíma] “vale um bocado como sintoma de cultura Nacional”.
(Mario de Andrade, 1928)

1. Introdução:

Começar a escrever academicamente é sempre uma tragédia. Assim que se senta diante do computador se percebe que não é possível simplesmente deixar fluir as ideias sem carregar junto com elas os grilhões das referências e das regras do método monográfico, especialmente quando um se arvora a incursões interdisciplinares. Mário de Andrade pareceu não se deixar intimidar por estas coisas. Nas palavras de Sergio Micélli(2009) - e lá se vai a primeira referência - , Mario estabeleceu a invenção do moderno intelectual brasileiro.

Era um autodidata e não cumpriu os ritos iniciais do intelectual que floresceria nas primeiras décadas do século 20: não estudou direito no Largo de São Francisco em São Paulo, não era de família socialmente destacada, não era branco, não se interessava em participar das “comitivas” e cargos comissionados da política da época e nem mesmo ao que se costumava chamar de “coisas de homem” - grupos de conversas entre “intelectuais” sob a fumaça dos charutos. Apesar desse desajuste às normas vigentes trilhou um caminho não convencional, com um enorme compromisso com a vida nacional, se tornando professor de piano, jornalista, poeta, ensaísta, crítico de arte, historiador e etnólogo da música e da arte, cronista, contista, folclorista, professor de história da música, administrador e consultor de política cultural e até mesmo legislador em matéria de patrimônio histórico. Esta lista, que poderia ser maior e quase lembrar algumas das referências extensíssimas à fauna ou flora amazônica da obra Macunaíma, não passa de seu movimento de demarcação, com um incessante trabalho, de sua liderança literária nos anos 1920 e 1930 no Brasil. A cultura moderna no Brasil, com seus problemas e delícias, tem a impressão digital de Mario de Andrade.

Porém o convite que fazemos ao leitor aqui não é mais uma vez encontrar uma leitura de biografia ou de exploração literária deste autor, que em 2023 completaria 130 anos de nascimento.

¹ Professora do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professora Associada do Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Coordenadora do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA/IE/UFRJ); mariamalta@ie.ufrj.br

Nosso objetivo é discutir o quanto o projeto de modernismo de Mario, em geral, e o livro *Macunaíma*, em particular, vão questionar o desenvolvimentismo como ideologia e o desenvolvimento enquanto objetivo de construção do Brasil do século 20. Nossa intenção é ainda trazer mais uma noção para o debate: a perspectiva indígena, inegavelmente presente na lógica da obra *Macunaíma* como uma “iara explicável”, um fenômeno com história. Neste sentido, busca-se em Marx e Lukacs a referência para debatermos o conceito de ideologia e a contradição presente entre a adoção de um sentido ideológico desenvolvimentista e a presença do modernismo como referência e reforço para este projeto – ainda que o modernismo busque recuperar o que há de originário, de efetivamente brasileiro, que nos define como povo, inclusive nossas raízes indígenas.

Este artigo terá, portanto, três movimentos além desta introdução e da conclusão. Inicialmente, pretende estabelecer uma conexão entre o modernismo e o desenvolvimentismo pela obra *Macunaíma* de Mario de Andrade e suas versões (e subversões) cinematográficas, que a fizeram ainda mais conhecida e discutida no Brasil. Desdobrando o debate anterior buscou-se em Marx e em Lukacs o conceito de ideologia que apoia esta abordagem que afirma tanto o modernismo como o desenvolvimentismo como ideologias fundantes do Brasil moderno. Finalmente, trazemos a partir de leitura de Sá(2017), Krenack(2019) e do filme de Sélios (2020) as contradições entre estas ideologias, gestadas em um período de criação de um projeto auto-propelido de Brasil Republicano, que buscaram recuperar a ancestralidade indígena como símbolo, mas abriram mão de sua proposta societária.

2. Não estamos aqui a toa: a relação entre desenvolvimentismo e modernismo no Brasil

Nossa embocadura no tema é perpassada por provocações interdisciplinares. O filme “Por onde anda Makunaima?” vencedor do Festival de Brasília de Cinema Brasileiro de 2020 e os textos de Ailton Krenak (2019) e Eduardo Viveiros de Castro (2008) instigaram a visão de nós historiadores do pensamento econômico com as perguntas: “desenvolvimento para quem?” e “qual desenvolvimento?” em uma perspectiva que vai além das dimensões exclusivas da economia.

Se há algo que todos os economistas políticos, de Quesnay a Marx e de Sênior a Walras, concordam é que a lógica do capitalismo é movida pela concorrência pelas maiores taxas de lucro possíveis. A questão do desenvolvimento, que no início do pensamento econômico era tratada a partir das noções de acumulação de capital e progresso da riqueza das nações, é apenas um desdobramento desta lógica sistêmica. No entanto, o próprio aprofundamento dos estudos sobre os impactos sistêmicos da produção capitalista, bem como as elaborações teóricas da economia

política do século 20, têm revelado os problemas que os desejados “progresso técnico”, “avanço das forças produtivas” e “desenvolvimento econômico” trazem consigo, especialmente quando não são acompanhados das perguntas “para quê?” e “para quem?” (Mezaros, 1995, 2009 e 2011; Harvey, 2017).

Se, de fato, a lógica do capitalismo é a obtenção da maior taxa de lucro possível por meio da concorrência que garante o movimento das estruturas de produção e mercado no sentido de um desenvolvimento das forças produtivas que se submete as estas duas diretrizes, as respostas às perguntas anteriores - “para quê serve?” e “para quem serve?” o desenvolvimento - estão dadas em uma única frase: a fim de enriquecer os grupos sociais que são proprietários daquilo cuja remuneração é o lucro, ou seja, para gerar os lucros maiores possíveis para os donos do capital. Pode-se dizer que a obtenção permanente de mais-valor (ou lucros, na linguagem da corrente dominante da economia) é o que há de ontológico, ou seja, o que é próprio do ser do capitalismo e, portanto que o diferencia de todos os outros modos históricos de organização da produção e reprodução da vida.

O Brasil do final do século 19, especialmente após a abolição da escravatura, derruba formalmente seus laços com a metrópole portuguesa e sela seu destino em direção a constituição plena da superestrutura política, jurídica e da consciência social de uma estado nacional burguês capitalista. No entanto, desde o momento em que deixa de ser império e se torna uma república sem relações especiais com Portugal já revela um conjunto de referências externas, especialmente um anglicismo e um americanismo que vão aparecer na sua primeira constituição republicana em 1891. O país que se anunciava ali seria explicitamente uma nova região dependente econômica e culturalmente do centro capitalista estadunidense e europeu.

Neste ponto, o modernismo brasileiro tem um papel, pelo menos em sua vertente hegemônica - a de Mario de Andrade – em buscar um nacionalismo difuso, com referentes aos povos originários e a uma absorção antropofágica do que viria de fora (fosse europeu, asiático ou africano) de anunciar um país novo, moderno, do futuro. Era a busca de transitar de um projeto de país para um projeto de constituição da nação. Nesta toada a geração desenvolvimentista embala seus projetos de nação. Mas o quanto estes projetos de nação correspondem à realidade aqui existente?

Em seu trabalho de 2014, *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*, o professor Pedro Dutra Fonseca se coloca pergunta: “O que é desenvolvimentismo?”. O próprio texto reconhece que, ao mesmo tempo que é uma categoria utilizada comumente pelos economistas, esta é uma categoria, como em geral as mais importantes nas ciências sociais, que tem uma história particular, uma vida. Esta vida é o caminho por meio do qual tais categorias vão sendo acrescidas, ampliadas, disputadas.

Essa plasticidade, essa flexibilidade e esta história acaba acomodando dentro da mesma palavra uma série de conceitos que nem sempre concordam entre si. Portanto, o conceito de desenvolvimentismo não é um consenso, mas a história de uma disputa.

No referido texto, Fonseca (2014) define desenvolvimentismo da seguinte forma:

“Desenvolvimentismo pertence à mesma família de termos como “ortodoxia”, “neoliberalismo” e “keynesianismo”, os quais servem para designar alternativamente duas coisas por certo indissociáveis, mas que não são exatamente o mesmo nem do ponto de vista epistemológico, nem na prática cotidiana: i) um fenômeno do “mundo material”, ou seja, um conjunto de práticas de política econômica propostas e/ou executadas pelos formuladores de políticas, ou seja, fatos e medidas “reais” que compartilham um núcleo comum de atributos que os caracteriza como tal; e ii) um fenômeno do “mundo do pensamento”, ou seja, um conjunto de ideias que se propõe a expressar teorias, concepções ou visões de mundo. Estas podem ser expressas: i) como discurso político, por aqueles que as defendem ou as criticam (e que mais usualmente se denomina ideologia – outro termo polissêmico); ou ii) para designar uma escola ou corrente de pensamento ao abranger teorias e estudos segundo cânones reconhecidos como saber científico. (Idem, p.31)

Em uma perspectiva diferente, porém com interlocuções visíveis com a concepção de Fonseca (2014) o desenvolvimentismo é apresentado como ideologia e é caracterizado por Ricardo Bielschowsky (1988) como é um fenômeno que tem uma origem anterior à consolidação do pensamento teórico na área de desenvolvimento. Em sua visão, a necessidade histórica causada pela grande depressão do final dos anos 1920, mas que se seguiu durante os anos 1930 até explodir em uma grande guerra imperialista, deu origem, especialmente nos países latino-americanos, como Brasil, Argentina, Chile e México, mas também, nos Estados Unidos, a uma prática de fato desenvolvimentista, dando lugar a políticas econômicas com características específicas de geração de emprego e renda em pró do crescimento econômico e do desenvolvimento social². Mas o pensamento sobre desenvolvimento, a questão teórica do desenvolvimento, só seria consolidada nas décadas de 1950 e 1960. Estes movimentos históricos da realidade e do pensamento nos mostram como a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) foi um catalizador de um trabalho desenvolvido pelos clássicos do pensamento desenvolvimentista, como o próprio Celso Furtado, mas também Anibal Pinto, Maria da Conceição Tavares, Raul Prebisch para falar nos mais conhecidos. Neste sentido, o pensamento desenvolvimentista tem uma importante raiz latino-americana.

Poderíamos dizer que esta raiz é de uma cepa comum ao modernismo. Esta conexão se dá por meio de um elemento muito interessante, que João Antônio de Paula (2022) aponta: o fato de

² É curioso notar como todos os elementos trazidos por Bielschowsky se encaixam de uma maneira interessante nos aspectos do conceito de ideologia conforme enunciado por Lukacs em *A ontologia do ser social*. Apesar disso, não há nada que indique na obra do autor brasileiro a referência do trabalho do autor húngaro, em suma, não se pretende imputar a Bielschowsky qualquer lukacsianismo.

que nós latino-americanos, de frente para a questão de um nosso suposto atraso damos uma resposta quase oposta ao padrão europeu tradicional. Ao invés de buscarmos uma fonte cultural no passado afim de nos inspirar a superação deste suposto atraso – como, por exemplo, fez a Alemanha nazista ao buscar uma referência grega visando se diferenciar da latinidade vinculada ao império romano, ou ainda, como Marx chama atenção em seu *18 de Brumário de Luís Bonaparte* “justamente quando parecem estar empenhados a transformar a si mesmos e as coisas, criar algo nunca antes visto, exatamente nesta época de crise revolucionária, eles[os homens] conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado” (Marx, 1951[2011], p.25, colchetes adicionados pelos autores) – fizemos (e fazemos) justamente o contrário. Procuramos no futuro, reivindicamos o futuro, a vanguarda, como o momento de construção do que seria efetivamente nosso.

É essa inversão latino-americana que está presente no modernismo e também no desenvolvimentismo. Neste sentido, tanto no modernismo como no desenvolvimentismo existe uma demanda comum, um desejo de algo diferente, que tivesse um resultado diverso do que se tinha acumulado até ali com a violência do processo de colonização e exploração do continente americano.

O modernismo no Brasil é um fenômeno que demarca o pensamento nacional republicano. Neste caso, a definição que usaremos toma como referência o pensamento e a pesquisa de vida inteira de Antonio Candido de Mello e Souza. Antônio Candido foi pioneiro na introdução do Modernismo no âmbito de nossos estudos universitários. Fonseca (2022) nos informa que este pioneirismo tem origem no início da década de 1960, quando Cândido criou a área de Teoria Literária e Literatura Comparada na Universidade de São Paulo. Nesse período o Modernismo ainda era um grande tabu no meio acadêmico e, em razão disso, permanecia ignorado nos currículos oficiais. Antonio Candido estabeleceu na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) a primeira disciplina sobre o tema, colocando dentro das salas de aula a produção literária de poetas modernistas. Sua pesquisa se tornou um programa coletivo envolvendo, também pioneiramente, orientandos em nível de doutorado e de mestrado no estudo sistemático da produção de referência do Modernismo, com destaque para Mário de Andrade e Oswald de Andrade.

Para Candido (1950) o modernismo já era um dos movimentos decisivos da produção artística brasileira (ao lado dele estaria o romantismo, como movimento anterior). Seria um momento culminante de particularismo artístico na dialética do local e do cosmopolita. Poderíamos indicar que o modernismo seria um movimento de contestação com conservadorismo e do esvaziamento de conteúdo do período pós-romântico no Brasil. Segundo Candido (1950), “nosso modernismo implica, essencialmente em sua fase heróica, na libertação de uma série de recalques

históricos, sociais e étnicos que são trazidos triunfalmente à tona na consciência”(idem, p.126) que assinalaria o fim de um diálogo secular com Portugal na posição de inferioridade. Vai além, indicando que o modernismo já nem mesmo busca dialogar com Portugal. De fato não o leva em conta na definição de sua originalidade na qual nossas “deficiências” atribuídas pelo olhar colonial, passam a ser tomadas como “superioridades”. Tornamo-nos “um cadinho construtivo de raças e culturas localizado em uma natureza áspera” (idem, p.127), sob a qual o primitivismo passa a ser fonte de beleza e não mais um empecilho na elaboração da cultura.

A questão é que esta modernidade se organiza ideologicamente no contexto da criação de um sentido de nação. O sentido de nação pode ser um questionamento ao colonizador, porém não se trata, nem se tratou no caso, de uma interrogação de fato revolucionária à ordem social do capital que se estabelecia, com todas as suas características concretas em termos de relações sociais e sentido de desenvolvimento das forças produtivas, no território do Brasil republicano.

É neste sentido que o desenvolvimentismo e o modernismo vão se articular de forma profunda em uma concepção ideológica que converge para uma determinada visão e direção de desenvolvimento do Brasil Moderno, trazendo um nacionalismo difuso e o crescimento econômico como principais características necessárias para o plano por trás do conceito.

3. A questão da ideologia de Brasil Moderno

Como já nos alertou Fonseca (2014) ideologia também é um conceito polissêmico. Um conceito daqueles que nas ciências sociais tem uma história e está em disputa. Esta também é a visão de Terry Eagleton (1991 [1997]) quando afirma, logo na primeira frase do primeiro capítulo de seu livro *Ideologia: uma introdução* que “ninguém propôs ainda uma definição única e adequada de ideologia e este livro não será uma exceção” (idem; p.15). Ainda assim, o autor busca desvendar a história por trás da palavra ideologia, que em sua concepção é:

“um *texto* tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linguagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global, é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado.” (EAGLETON, T. (1991 [1997]); p. 15, grifos no original)

Seguindo esta orientação de Eagleton buscamos os mais valiosos elementos que encontramos em Lukacs e Marx para propor que tanto o modernismo como o desenvolvimentismo são ideologias fundantes da ideia de Brasil Moderno.

Se de fato John B. Thompson(1984) tem razão ao afirmar que “estudar ideologia é estudar os modos pelos quais o significado (ou a significação) contribui para manter as relações dominantes” e Marx também acerta quando afirma que:

“os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não fazem sob as circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.” (Marx, 1851[2011], p.25),

entra em nosso debate a noção de que a super estrutura política, jurídica e da consciência social ao mesmo tempo expressam e condicionam a estrutura que caracteriza cada momento histórico.

Não podemos escamotear que existe uma grande discussão, mesmo apenas dentro do campo do marxismo, sobre o conceito de ideologia. Este debate envolve ninguém menos que Vladimir Lenin, Louis Althusser, tantos autores da Escola de Frankfurt, Georg Lukacs (em duas fases diferentes), Antonio Gramsci, Lucien Goldman, Istvan Mezaros, Terry Eagleton e uma coleção respeitável de autores brasileiros como Michel Lowy, Marilena Chauí, Leandro Konder, Ester Vaisman e Mauro Iasi. Só citar todos estes nomes já assusta o leitor e o incita a buscar um fio de Ariadne para compreender o debate. Nós escolhemos um. Aquele puxado por Lukacs quando afirma que o conceito de ideologia deve ser tomado de maneira ontológica (própria do ser, do existir) e não epistemológica ou gnosiológica, ou seja, restrita ao campo do conhecimento.

Em Vaisman (2010) encontramos um argumento muito preciso a respeito do caminho que conectaria o conceito de ideologia em Marx e o conceito de ideologia em Lukacs por meio de uma perspectiva ontológica. Ali a autora recupera uma citação do autor húngaro em registros de suas conversações com Abendroth, Holtz e Kofler, em 1966, onde afirma que o objeto da ontologia (aquilo que é próprio do ser social) marxista “é o que existe realmente; a tarefa é de investigar o ente com a preocupação de compreender o seu ser e encontrar os diversos graus e as diversas conexões no seu interior” (Abendroth, Holtz e Kofler, 1969, p.15 apud Vaisman, 2010). Seu argumento da necessidade de compreender a ideologia de maneira ontológica é baseado em um movimento que reside em retomar uma visão de marxismo que compreende a realidade como algo a transformar e não apenas algo a manipular e gerir, e também compreende o ser social como tendo base na realidade objetiva da natureza, mas que também é capaz de, simultaneamente, se identificar e diferenciar da natureza. A afirmação é portanto que “o real existe, o real tem uma natureza e esta existência e esta natureza são capturáveis intelectualmente. E, na medida em que é capturável, pode ser modificada pela ação cientificamente instruída, ideológica e conscientemente conduzida” (Vaisman, 2010, p.45). A autora resume seu argumento afirmando que:

“Postular, deste modo, a ontologia é resgatar a possibilidade de entendimento e transformação da realidade humana. Em suma, é colocar o fato de que o real não é, afinal de contas, uma ilusão dos sentidos e que nossa subjetividade pode se objetivar na conquista da realidade (Vaisman, 210, p.45)”

Deste modo, a conexão do problema da ideologia com o ser social, que é ontológica em Lukacs, encontra sua relação com as formulações de Marx em *Para a crítica da Economia Política* e no *18 de Brumário de Luis Bonaparte*, pelo menos. Os desdobramentos analíticos da concepção ontológica de ideologia presente na obra *Para a ontologia do ser social* são muito interessantes para a reflexão que estamos buscando aqui.

A afirmação de Lukacs, “o homem é um ser que responde”(Lukacs, 1978, p.5), coloca em perspectiva a relação entre realidade, necessidade, teleologia e trabalho, incluindo o trabalho intelectual. Teleologia é conceber uma ação na forma de plano, no pensamento, antes de realizá-la. A realidade da qual fazemos parte é o contexto objetivo do estabelecimento da necessidade. A necessidade se coloca em nosso pensamento na forma de problema, ou pergunta e que nos faz responder. Nossa resposta tem o momento da concepção, relacionado com a teleologia, e o da ação, relacionado com a transformação real e objetiva da realidade. Em Vaisman (2010) “um ser que dá respostas é um ser que reage a alternativas que lhe são colocadas pela realidade objetiva, retendo certos elementos que nesta existem e transformando-os em perguntas, para as quais procura a melhor resposta possível” (idem, p.46).

Se esta reflexão procede, podemos chegar à noção de que “todo ato social surge, portanto, de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras” (Lukacs, 1978, p.6) ainda que tais decisões não impliquem em conhecimento completo de todas as possibilidades futuras ou da completude da realidade presente. As decisões são, portanto, tomadas sempre sobre o real conhecido, ainda que sistematicamente busquemos obter o maior conhecimento possível dos fatos para que as ações pretendidas atinjam os fins desejados. Assim, segundo Lukacs, a complexificação das relações sociais e do desenvolvimento das forças produtivas que são acompanhadas pelo avanço da divisão social do trabalho vão dando corpo a toda uma superestrutura que “com o nascimento das classes sociais com interesses antagônicos, esse tipo de posição teleológica [futura] se torna base estruturante do que o marxismo chama de ideologia” (Lukacs, 178, p.9).

Esta reflexão, trazida para a questão do desenvolvimentismo como ideologia e o papel do modernismo na construção e promoção desta nos leva concluir que se tomarmos a definição de Bielschowsky(1988) de que desenvolvimentismo é:

“ a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguinte pontos fundamentais:
a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;

- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional do Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso é necessário que o Estado a planeje.
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando os recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente” (Bielschowsky, 1988, p.7).

podemos tentar compreender como esta ideologia se nutre do modernismo e o conceito (ou até mesmo o desejo) de Brasil moderno, país do futuro, é uma ideologia resultante da integração entre o modernismo e o desenvolvimentismo.

4. Contradições entre *Macunaíma* e o modernismo de Mario de Andrade

Considerando o acerto da interpretação de Paula (2021) de que o modernismo, em sua corrente principal (ou Andradina se preferir), propõe que o “verdadeiro” Brasil estaria no futuro, a questão que desejamos debater é que em *Macunaíma* o próprio Mário nos instiga a criticar a visão de futuro apontada pelo modernismo.

Quando Antônio Cândido e Aderaldo Castello (1974) vão escrever sobre o Mário de Andrade apontam que o autor faria uma espécie de síntese na sua obra *Remate de males*, desprendendo-se dos maneirismos, e de tantas outras características que compõem sua primeira fase, revelando uma tendência que será sua marca: a capacidade de fundir num movimento único a pesquisa de sua alma e a pesquisa de seu país como se fossem duas faces da mesma experiência irmanadas em certos símbolos de grande efeito: os ritos primitivos, a terra sem males, a preguiça, a preguiça criadora, o fluir turvo e misterioso dos grandes rios. E dizem também:

“Mário de Andrade foi sem dúvida o espírito mais vasto do modernismo, o mais versátil e culto o que maior influência exerceu pelos escritos, pela atuação de homem público, pela irradiação pessoal e pela correspondência, ainda quase toda inédita. Possuído pelo senso do dever imprimiu a sua obra um caráter de missão a serviço dos ideais de arte e pensamento que lhe pareciam adequados à renovação do país. Ele próprio reconheceu, desde o início, que essa vocação participante daria a muito do que fizesse um cunho circunstancial, polêmico, comprometendo a sua duração. Mas achava que o escritor tem dever para com o momento e a sociedade em que vive e aceitou o perigo, que de fato perturba muito do que fez. Em compensação garantiu um alto valor de mensagem e de pesquisa humana a maioria da rálida da sua vasta obra.” (Candido e Castello, 1974, p. 86)

Ainda que Mario tenha sido o espírito mais vasto do modernismo, o modernismo brasileiro em sua diversidade formado por propostas de diversos projetos de desenvolvimento nacional que disputaram o protagonismo do desenvolvimento histórico do país entre 1920 e 1980. E não se trata de quaisquer variedades; “em suas variadas vertentes, a saber o nacional desenvolvimentismo, o liberalismo, o desenvolvimentismo associado ao capital estrangeiro, o reformismo social e a modernização autoritária” (Paula, 2021). Onde se situava Mário? Esta é uma pergunta difícil de

responder, na medida de sua disposição em representar o modernismo em sua corrente principal, mas podemos dizer que neste sentido acabava por ter um compromisso, talvez bem descrito nas palavras do liberal Merquior: “no Brasil a atualização literária se pensava em consonância com a modernização econômica do país” (Merquior 1983, apud Paula, 2021).

O compromisso do modernismo com a modernização econômica não deveria mais surpreender o leitor. Pode-se inferir afinidades eletivas entre modernismo e desenvolvimentismo, como aponta Paula(2022). Em suas palavras isto significa assumir que:

“pelo menos no que se refere às vertentes dominantes, em ambos os processos, certos conteúdos emancipatórios presentes não fizeram parte das correntes hegemônicas, sendo eclipsados pelas vertentes centristas do modernismo, covalidadoras da perspectiva de desenvolvimentismo que o vê como idêntico a crescimento e modernização política e institucional”. (Paula, 2021, mimeo)

É importante levar em consideração que em *Macunaíma*, no entanto, Mario apresenta a visão do Brasil de uma perspectiva indígena, apontando as violências e contradições da ideologia do desenvolvimentismo, com o modo de vida e a compreensão de mundo que vem “do fundo do mato-virgem”. Candido(1950) nos conta que:

“Mario de Andrade, em **Macunaíma (a obra central e mais característica do modernismo)**, compendiou alegremente lendas indígenas, ditados populares, obscenidades, esteriótipos desenvolvidos na sátira popular, atitudes em face do europeu, mostrando como cada valor aceito na tradição acadêmica e oficial correspondia, na tradição popular, a um valor recalcado que precisa adquirir estado de literatura” (Candido, 1950, p. 127, grifos adicionados pelos autores)

A contradição entre a visão de Brasil presente em *Macunaíma* e o desenvolvimento das cidades e do modo de vida urbano é tão profunda que aparece também na versão cinematográfica de Joaquim Pedro de Andrade de forma atualizada para o ano de 1969. No documentário de Rodrigo Silos de 2020 todas estas contradições ficam ainda mais marcadas, revelando cada vez mais profundamente a volúpia do desenvolvimentismo em sua forma de absorção do indígena ao modo de vida capitalista ou, alternativamente, à inteira destruição de seu modo de vida.

Soma-se a isso a enorme contradição entre a militância de Mario pelo modernismo em sua corrente principal e sua busca incessante por um caráter original Brasileiro, demonstrando um nacionalismo difuso. Tal nacionalismo é ao mesmo tempo um grito demarcatório e anti-colonial de uma nação capitalista moderna e uma tentativa de recuperar as origens primitivas, em nada capitalistas, da sociabilidade brasileira. Esta busca encontra em *Macunaíma* sua antítese em muitos níveis. *Macunaíma* é um herói sem nenhum caráter moral e também sem características que o afirmem definitivamente. Trata-se de um menino nascido preto, de uma “índia tapanhumas”, mas que se transforma em branco quando quer seduzir e adentrar as formas europeias da organização urbana do Brasil “moderno”. Ao mesmo tempo, o material sobre o qual Mario trabalhou para

escrever sua obra foi fundamentalmente retirado de um trabalho em três volumes de Koch-Grünberg (1924) publicado em língua alemã, *Von Roraima zum Orinoco*. Naquele livro o autor alemão reconta várias histórias da mitologia indígena que havia recolhido em sua viagem de Roraima ao Orinoco. Assim, nosso (anti-)herói nacional carrega mais uma contradição, Mário o “descobriu” por meio de um alemão e não diretamente na tradição oral dos povos originários brasileiros.

Porque então consideraríamos que *Macunaíma* contesta as visões hegemônicas de modernismo (como nacionalismo difuso) e desenvolvimentismo (como crescimento econômico) mesmo tendo sido produzido por Mário? Esta é a pergunta mais difícil que nos propusemos a responder. E é por meio desta resposta que pretendemos recuperar uma crítica à ideologia do desenvolvimentismo sob uma perspectiva indígena.

Em nossa perspectiva *Macunaíma* é uma obra em vários tempos. E aqui estamos associando as suas várias camadas de leitura desde 1928, os filmes nele baseado, bem como o tempo conforme utilizado na narrativa literária. Esta forma de abordar o tempo presente na forma como a história é contada em *Macunaíma* trás a cena uma forma de representar como esta dimensão é tomada de maneira completamente diferente na perspectiva de sociabilidade dos grupamentos indígenas nas quais tais histórias foram formuladas em relação ao tempo como é tomado na sociedade capitalista desenvolvimentista.

Em uma dimensão importante o tempo indígena é mais contemplativo, o desejo e a beleza são o que move a sociedade no primeiro plano. Existe o reconhecimento de que o fazer humano tem algo de mágico, na medida em que é transformador, mas percebe-se também que esta transformação pode ser para o melhor ou para o pior (se é que estas noções existem em termos absolutos). Neste sentido, aparece nitidamente em *Macunaíma* que muito do nosso trabalho e do nosso tempo é despendido em desfazer os problemas que criamos. Reconhecer que há erros, que há sentimentos e desejos humanos que nos levam a situações piores é um movimento essencial para o desenvolvimento na perspectiva indígena.

O desenvolvimento na perspectiva indígena explora as contradições como sendo elementos que movem as transformações. Silos (2020) é recheado de exemplos históricos e míticos dos povos que vivem de Roraima ao Orinoco. Articulado com isso, o desenvolvimento humano retratado nas mitologias indígenas são concatenados com a percepção de que mesmo cada ser humano sendo um e único, entende-se como parte de um todo. Assim, se este todo vai mal, também estamos mal. O personagem *Macunaíma*, tanto no livro de Mário como no filme de Joaquim Pedro, é esfacelado pelo confronto com a “paulicéia desvairada”. Nada daquela sociabilidade fazia sentido para ele.

Aquela ordem social o fascinava e o deprimia ao mesmo tempo. Não é a toa que seu fim é no fundo de um lago, junto com a muiraquitã, pois não via mais sentido para sua existência.

O desenvolvimentismo que preconiza a superação do subdesenvolvimento por meio da industrialização integral e decidida orientação e apoio do Estado é o plano por trás da desejada sociedade capitalista de matriz europeia do século 20. Desta forma, o Brasil do futuro, o tão desejado Brasil moderno é a forma social tão criticada na obra central do modernismo e recalçada nas sátiras populares. A forma de viver, produzir e reproduzir a vida na sociabilidade indígena, recontada nas histórias que configuram *Macunaíma*, vê na ideologia desenvolvimentista a destruição do que há de sentido em estar sobre a terra. Não há na perspectiva de desenvolvimento indígena uma orientação para a obtenção do lucro maior possível, o mais rápido possível.

Um exemplo que pode nos colocar na trilha de compreender a crítica à ideologia do desenvolvimentismo presente na perspectiva indígena e no teor da obra *Macunaíma* pode ser visto quando Krenak afirma que o rio é seu avô. Esta afirmação revela que ele e os Krenak se compreendem com tendo materialmente uma hereditariedade parcialmente vinda das água dos rios. A preservação dos rios é também sua autopreservação como povo e como ser vivo. Não existe a possibilidade, dentro desta lógica, de ver ganho material na destruição da qualidade da água dos rios, mesmo que seja resultante de uma política de geração de emprego e renda para os “cidadãos brasileiros”. A contradição é muito explícita, neste caso, e brutalmente material. Não é possível para os Krenak mediar sua permanência como povo em nome de emprego, renda e lucro, conceitos que não tem qualquer sentido em sua sociabilidade ao longo do “tempo em que os rios existem”.

As concentrações populacionais com mais que 5 mil habitantes não fazem sentido para uma cultura que coloca sua auto-preservação associada ao meio ambiente que encontram, reproduzem e transformam diariamente como parte de sua totalidade existencial. O trabalho que transcenda as necessidades postas por este contexto é produtor de excessos que destroem sua possibilidade de vida. Os textos de Krenak, entre eles o aqui mencionado produzido em 2019, e os inúmeros trabalhos de Viveiros de Castro expostos na entrevista de 2014 e nos textos recolhidos de 2008 (e aqui referidos) são essencialmente atualizações da lógica narrativa exposta em *Macunaíma* de Mário de Andrade.

5. À Guisa de Conclusão:

Podemos dizer, portanto, que em seu “livro de férias”³ Mario foi convidado por seu objeto – o modo de compreender a vida na perspectiva indígena (que ele acessou pelas mãos do etnólogo

³ Mário de Andrade em seu prefácio não publicado inicialmente o o livro *Macunaíma* em 1926, categoriza este trabalho como “seu “livro de férias”.

alemão Koch-Grumberg) - a se libertar. Libertou-se o suficiente do modernismo que representava a ponte de ser capaz de ver um país “moderno” e “do futur” síntese de múltiplas determinações e sem compromisso exclusivo com a modernidade do capital e, assim, pôde colocar em evidência o desenvolvimento em perspectiva indígena.

Enquanto isso, Macunaíma ao “virar estrela” no final de sua saga andradina passou a ser um herói, uma tradição, algo a ser seguido, mas ao mesmo tempo algo que a civilização industrial, contraditoriamente tão valorizada pelo movimento a que pertencia a obra que o colocou como “sintoma” de cultura nacional, o destruiu tanto que preferiu morrer e entrar para a história.

Financiamento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – com o financiamento à extensão do CNPq no âmbito do projeto Democracia, Desenvolvimento e Direitos.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, M. Prefácio não publicado à 2ª edição de Macunaima in Andrade M. (1928), Macunaíma o herói sem nenhum caráter, São Paulo: Ubu editora, 1ª reimpressão (2020).

BERRIEL, C.E. Macunaíma: curtas observações sobre gênero e época In: NASCIMENTO, M. F. dos S. et al.; Mário de Andrade trezentos-e-cinquenta. Araraquara : Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação / Departamento de Literatura e Linguística, 1988, disponível em: https://www.unicamp.br/~berriel/arquivos/berriel_prod_7.pdf

CANDIDO, Antônio (1950 [2010]) Literatura e Cultura de 1900 a 1945 (um panorama para estrangeiro) in Literatura e Sociedade, 11ª edição, São Paulo: Ouro sobre Azul, 2010

CANDIDO, A. e CASTELLO, A. Presença da Literatura Brasileira - III, São Paulo,: Difusão Européia do Livro, 1974.

CASTRO, E.V de (2008) Encontros, Organização de Renato Sztutman, Rio de Janeiro: Azougue Editorial

_____ (2014) Entrevista à Eliane Brum Diálogos sobre o fim do mundo, in EL PAIS https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/29/opinion/1412000283_365191.html acessada em 03/05/2023

EAGLETON, Terry (1991), Ideologia: uma introdução, São Paulo: Editora Boitempo e Editora Unesp, 1997.

FONSECA, Maria Augusta; Antonio Candido e o Modernismo Brasileiro: Recortes in Revista-E, junho 2022, nº12, ano 28, São Paulo: SESC <https://www.sescsp.org.br/antonio-candido-um-farol->

[artigos-celebram-o-legado-do-sociologo/#:~:text=O%20movimento%20modernista%2C%20oriundo%20da,e%20no%20Rio%20de%20Janeiro](#) acessado em 17/03/2024.

FONSECA, P. Desenvolvimentismo: a construção do Conceito. Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro. , Brasília: IPEA, 2014

HARVEY, David; A loucura da razão econômica, São Paulo: Boitempo, 2017

KRENAK, A. (2019) Ideias para adiar o fim do mundo, São Paulo: Companhia das Letras.

LUKACS, Georg; As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Revista Temas de Ciências Humanas, São Paulo, n.1, 1978.

MARX, Karl; (1851[2011]), O 18 de brumário de Luis Bonaparte; São Paulo: Boitempo, 2011

_____ ; (1859 [1986]) “Prefácio”, Para a Crítica da Economia Política; Coleção Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1986

MEZAROS, I.; Para além do Capital, São Paulo: Boitempo, 1995

_____ ; Crise estrutural do capital, São Paulo: Boitempo, 2009

_____ ; Transformações materiais e formas ideológicas. In: MÉSZÁROS, I. Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história. São Paulo: Boitempo, 2011.

MICELLI, S. 2009. Mario de Andrade: a invenção do moderno intelectual brasileiro in Botelho, A. e Schwarcz, L.M. (2009) Um Enigma chamado Brasil, SP: Companhia das Letras,

PAULA, J.A. 2021. “Muita...e pouca... os males do Brasil são.” Contradições da Formação Social Brasileira (mimeo)

SÁ, L. 2017. Macunaíma e as fontes indígenas, in Andrade M. (1928), Macunaíma o herói sem nenhum caráter, São Paulo: Ubu editora, 1ª reimpressão (2020).

THOMPSON, J.B.; Studies in the theory of ideology, Cambridge, 1984.

VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. In Revista Verinotio. n. 12, Rio das Ostras, 2010.

Referências filmográficas:

GUERRAS do Brasil.doc. Episódio 1 - Guerras de Conquista, Luiz Bolognesi, São Paulo: Buriti Filmes e TV Brasil, 2018

INTÉRPRETES do Brasil - Episódio 6 - Vontade de Beleza (Washington Novaes), Isa Grispun Ferraz, São Paulo: Texto e Imagem Cinematográficas Superfilmes, 2001.

MACUNAÍMA, Joaquim Pedro de Andrade, São Paulo: Condor Filmes/Filmes do Serro/Grupo Filmes, 1969

POR onde anda Makunaima. Rodrigo Sélis, Por onde anda Makunaima?; Roraima: Platô Filmes e Boulevard filmes, 2020.